



Boletim PNAD

Resultados da PNAD 2014

Cadastro Único e Programas de Inclusão Produtiva

Julho de 2016

Governo do Estado da Bahia
Rui Costa

Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (Sepplan)
João Leão

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI)
Eliana Boaventura

Diretoria de Pesquisas
Armando Castro

Coordenação Editorial
Armando Castro

Equipe Técnica
Armando Castro
Guillermo Etkin
Luiz Fernando Lobo

Coordenação de Biblioteca e Documentação
Normalização
Eliana Marta Gomes Silva Sousa

Coordenação de Disseminação de Informações
Augusto Cezar Pereira Orrico

Editoria-geral
Coordenação de Produção Editorial
Elisabete Cristina Teixeira Barretto

Editoria de Arte e de Estilo
Projeto Gráfico
Ludmila Nagamatsu

Editoração
Vinícius Luz

Ilustração de capa
Stock.xchng/Billy Alexander

Boletim PNAD [recurso eletrônico] / Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. v. 1, n. 1 (2014 -). — Salvador : SEI, 2016

v.3
n.2
Trimestral
ISSN

CDU 304 (047)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

ACESSO AO CADASTRO ÚNICO NA BAHIA

Conhecimento da existência do CadÚnico ou dos principais programas sociais federais

Tabela 1 – Domicílios, segundo conhecimento da existência do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal ou dos principais programas sociais do governo federal – 2014

Gráfico 1 – Distribuição percentual dos domicílios, segundo conhecimento, por parte de algum morador, do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal ou dos principais programas sociais do governo federal – Bahia – 2014

ACESSO A PROGRAMAS DE INCLUSÃO PRODUTIVA NA BAHIA

Pronaf foi a fonte de 70% dos financiamentos para produção na Bahia

Cadastrados no MEI possuíam rendimento 111,9% maior que não cadastrados em 2014

Gráfico 2 – Percentual de pessoas do público alvo, cadastradas no MEI, segundo anos de estudo – Bahia – 2014

Obtenção de microcrédito na Bahia estava abaixo da média da Região Nordeste em 2014

APÊNDICE

[v. Boletim PNAD - Suplemento Cadastro Único e Inclusão Produtiva](#)

APRESENTAÇÃO

Após divulgação, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2014 e seus suplementos, a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) deu início ao processamento e sistematização das informações, divulgando, em seguida, sob o formato de boletins temáticos, as análises correspondentes às circunstâncias sociais do estado.

Este número volta-se aos temas contemplados pelo Suplemento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014: Acesso ao Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) e a Programas de Inclusão Produtiva.

ACESSO AO CADASTRO ÚNICO NA BAHIA

Conhecimento da existência do CadÚnico ou dos principais programas sociais federais

Em 2014, na Bahia, existiam 5 milhões de domicílios, dos quais 59,0% (2,9 milhões) contavam com pelo menos um morador que sabia da existência do CadÚnico. Dos outros 41,0% dos domicílios em que não havia morador que soubesse da existência deste Cadastro, a proporção de domicílios em que havia conhecimento da existência dos principais programas sociais do governo federal no total de domicílios particulares permanentes era de 37,2% (1,9 milhão).

Quando se considera alternativamente o conhecimento sobre a existência do Cadastro Único ou sobre os programas sociais do governo federal, a proporção chega a 96,2% (4,8 milhões). Esse percentual foi superior aos do Brasil e do Nordeste, onde 93,7% (62,8 milhões) e 95,3% (16,7 milhões) dos domicílios particulares permanentes conheciam o Cadastro Único ou os programas sociais do governo federal, respectivamente. Entre as regiões brasileiras, este último percentual variou de 92,8% no Sul a 95,3% na região Nordeste (Tabela 1).

Dessa maneira, em 2014, na Bahia, o que se observa é que em apenas 3,8% dos domicílios (ou seja, 189 mil dos 5,0 milhões) não havia conhecimento nem do Cadastro Único nem dos principais programas sociais do governo federal. Entre os estados nordestinos, esta proporção flutua de 1,8% no Piauí a 7,2% na Paraíba.

Tabela 1
Domicílios, segundo conhecimento da existência do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal ou dos principais programas sociais do governo federal – 2014

País Região UF	Domicílios (em milhares)			Domicílios (em %)		
	Total	Conhecimento no domicílio		Total	Conhecimento no domicílio	
		Havia	Não havia		Havia	Não havia
Brasil	67.039	62.802	4.237	100,0	93,7	6,3
Norte	4.939	4.588	351	100,0	92,9	7,1
Nordeste	17.562	16.733	830	100,0	95,3	4,7
Bahia	4.974	4.785	189	100,0	96,2	3,8
Sudeste	29.131	27.157	1.974	100,0	93,2	6,8
Sul	10.274	9.532	742	100,0	92,8	7,2
Centro-oeste	5.133	4.793	340	100,0	93,4	6,6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014.

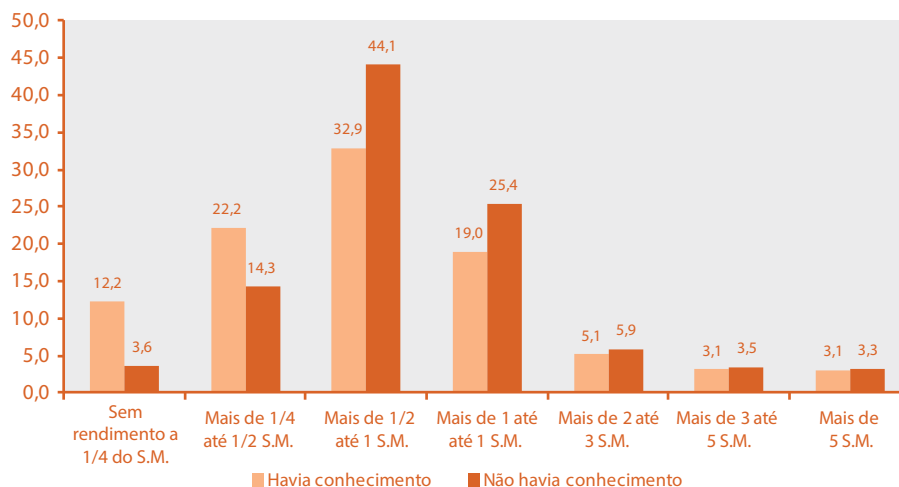
Nota: Principais programas sociais do governo federal: Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, Pronatec e Tarifa Social de Energia Elétrica.

Elaboração: SEI/Dipeq. Dados sistematizados a partir dos Microdados reponderados com base nas Projeções Populacionais (revisão 2013).

Quando se analisa a distribuição dos domicílios por classes de rendimento mensal domiciliar *per capita*, segundo o conhecimento por parte de algum morador da existência do CadÚnico ou dos principais programas sociais do governo federal, observa-se que as duas primeiras classes (até ½ salário mínimo)

concentravam 34,4% dos domicílios em que havia conhecimento da existência do Cadastro Único ou dos principais programas sociais e apenas 17,9% dos que não detinham tal conhecimento. Em contrapartida, nas classes de ½ a 2 salários mínimos, os percentuais foram maiores entre aqueles sem conhecimento da existência do CadÚnico ou dos principais programas sociais (69,5% frente a 51,9%).

Gráfico 1
Distribuição percentual dos domicílios, segundo conhecimento, por parte de algum morador, do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal ou dos principais programas sociais do governo federal – Bahia – 2014



Fonte: IBGE-Pnad. Elaboração da SEI a partir do BME.

ACESSO A PROGRAMAS DE INCLUSÃO PRODUTIVA NA BAHIA

O suplemento da PNAD investigou também o acesso a programas de inclusão produtiva pelos trabalhadores por conta própria e os empregadores em atividades agrícolas e não agrícolas, como o financiamento de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, o recebimento de assistência técnica, sementes ou insumos para trabalho agrícola, o cadastramento no programa microempreendedor individual – MEI, o recebimento de microcrédito e serviços de educação não formal e de fortalecimento da produção não agrícola ofertados pelo Sistema S (Sebrae, Senai, Sesi, IEL, Senac).

Pronaf foi a fonte de 70% dos financiamentos para produção na Bahia

Em 2014, na Bahia, havia 566 mil pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência como conta própria ou empregadoras sem empregados permanentes ou com até cinco desses, em atividade agrícola, exceto serviços auxiliares desta atividade (*Proxy* do público alvo do Pronaf). Deste total, 7,1% (40 mil pessoas) receberam financiamento de algum programa de crédito para a produção do trabalho principal, no período de 365 dias. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) financiou 28 mil pessoas, representando 4,9% do total de 566 mil ou, de outra forma, 70,0% do contingente populacional de 40 mil que recebeu financiamento.

Com relação ao rendimento médio mensal do trabalho principal, notou-se que as pessoas que receberam financiamento de algum programa de crédito para a produção do trabalho principal na Bahia apresentaram rendimento médio maior (R\$ 1.315) do que os não contemplados por esse financiamento (R\$ 544). Cabe ressaltar, ainda, que o rendimento médio dos que receberam financiamento via Pronaf foi de R\$ 832, valor acima, também, do rendimento médio dos que não receberam financiamento.

Segundo as grandes regiões, a região Sul registrou o maior percentual de pessoas que receberam financiamento de algum programa de crédito para a produção, 27,3%. A região Centro-Oeste registrou 15,4% e a Sudeste, 15,1%. Nordeste (7,2%) e Norte (6,8%) registraram os menores percentuais, ambos abaixo do percentual médio registrado no Brasil como um todo (12,8%).

Cadastrados no MEI possuíam rendimento 111,9% maior que não cadastrados em 2014

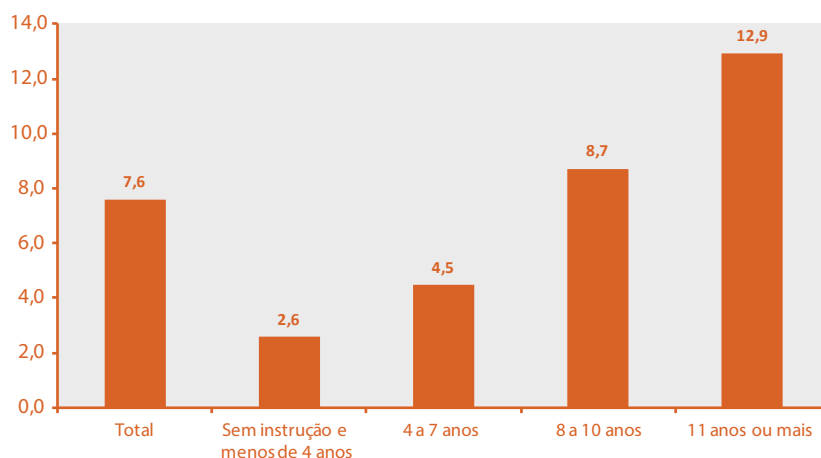
Em 2014, na Bahia, havia 1,4 milhão de pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência como conta própria ou empregadoras com somente um empregado, em atividade não agrícola ou nos serviços auxiliares da atividade agrícola no trabalho principal (*Proxy* do público alvo do MEI). Destas, 7,6% eram cadastradas no programa Microempreendedor Individual (MEI), um contingente de 104 mil pessoas.

A região Sul apresentou o maior percentual de pessoas cadastradas no programa MEI (15,4%). As regiões Norte (4,7%) e Nordeste (6,9%) apresentaram os menores percentuais, patamares abaixo da média nacional (10,4%).

O rendimento médio mensal do trabalho principal das pessoas cadastradas no programa MEI na Bahia foi de R\$ 1.975, valor mais que o dobro (111,9%) do rendimento médio das pessoas não cadastradas (R\$ 932).

Do total de cadastrados no MEI na Bahia, 12,9% possuem 11 anos ou mais de escolaridade. O Gráfico 2, abaixo, indica que quanto mais anos de estudo, maior a participação no cadastro do MEI.

Gráfico 2
Percentual de pessoas do público alvo, cadastradas no MEI, segundo anos de estudo – Bahia –2014



Fonte: IBGE-Pnad. Elaboração da SEI a partir do BME.

Obtenção de microcrédito na Bahia estava abaixo da média da Região Nordeste em 2014

Havia, na Bahia, em 2014, segundo a PNAD, 1,4 milhão de pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência como conta própria ou empregadoras com até cinco empregados, em atividade não agrícola ou nos serviços auxiliares da atividade agrícola no trabalho principal. Destas, 64 mil (4,4%) procuraram empréstimo de microcrédito em instituição financeira para o trabalho principal, no período de referência de três anos. O contingente dos que obtiveram o microcrédito foi de 60 mil pessoas (4,1% do total de 1,4 milhão de pessoas).

A região Nordeste apresentou os maiores percentuais de procura (5,9%) e obtenção (5,5%) de microcrédito. Na região Norte, registrou-se o menor percentual tanto de procura (3,1%) como de

obtenção (2,5%) e na região Centro-Oeste, o maior percentual de pessoas que procuraram e não obtiveram o microcrédito (0,7%).

Entre os estados Nordestinos, os maiores percentuais de procura e obtenção foram observados no Ceará – 13,8% e 12,8%, respectivamente. Em Pernambuco, registrou-se o menor percentual tanto de procura (2,4%) como de obtenção (2,3%). Neste contexto, o estado da Bahia ficou com percentuais de procura (4,4%) e de obtenção (4,1%) abaixo dos valores médios da região.

Foi observado, também, que as pessoas que procuraram empréstimo de microcrédito em instituição financeira para o trabalho principal na Bahia possuíam rendimento médio mensal do trabalho principal mais elevado que aquelas que não procuraram. Enquanto o rendimento médio mensal do primeiro grupo foi de R\$ 2.207, o do segundo grupo foi de R\$ 1.140. Além disso, considerando-se as classes até cinco salários mínimos, constatou-se que a procura e a obtenção vão aumentando com a classe de rendimento, de forma que havia maior procura (11,8%) e obtenção (10,6%) entre as pessoas de classes de rendimento mensal do trabalho principal mais elevadas.



SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO

